



Do Brazilianismo à História do Tempo Presente: Trajetória de uma Pesquisa

Tiago Conte¹

Resumo: Publicado no Brasil em 1988, *Como se faz um Presidente: A Campanha de JK* analisa a campanha eleitoral que conduziu Juscelino Kubitschek à presidência em 1955. Escrito por Edward Riedinger, norte-americano que trabalhou como secretário de JK na década de 1970, o livro aborda um tema pouco estudado pela historiografia referente ao período. Além disso, pela origem do autor, a obra pode ser considerada como parte do *brasilianismo*, termo que abarcava a produção acadêmica de autores norte-americanos sobre o Brasil. Este artigo pretende apresentar como Riedinger elaborou sua obra e quais as suas relações com a historiografia sobre o tema, além de uma possível leitura do trabalho sob o conceito de história do tempo presente.

Palavras-Chave: Edward Riedinger. *Brazilianismo*. História do tempo presente.

The Brazilianismo to the History of the Present Time: Trajectory of a Research

Abstract: Published in Brazil in 1988, *How to Make a President: The JK Campaign* analyzes the electoral campaign that led Juscelino Kubitschek to the presidency in 1955. Written by Edward Riedinger, an american who worked as JK's secretary in the 1970s, the book addresses a theme little studied by the historiography referring to the period. In addition, by the origin of the author, the work can be considered as part of the *Brazilian*, a term that included the academic production of american authors about Brazil. This article intends to present how Riedinger elaborated his work and what his relations with the historiography on the theme, besides a possible reading of the work under the concept of history of the present time.

Keywords: Edward Riedinger. *Brazilianism*. Time Present History.

Como se faz um Presidente: A Campanha de JK, de Edward Anthony Riedinger, é um trabalho que se destaca por pelo menos dois fatores: o assunto do livro, que trata da campanha presidencial de 1955 e as origens e relações de seu autor. Quanto ao tema, a campanha que conduziu Juscelino Kubitschek (JK) à presidência permanece um assunto menos estudado em comparação com a série de movimentos posteriores que garantiram sua posse, principalmente, o chamado “golpe preventivo” encabeçado pelo general Henrique Lott. Sobre a autoria, destaca-se o fato do trabalho ter sido escrito por um norte-americano que trabalhou como secretário de Juscelino Kubitschek na década de 1970, como consta na contracapa da obra em sua edição brasileira.

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Mestre em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado em História pela Universidade Caxias do Sul (UCS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



Numa perspectiva brasileira, grande parte da historiografia sobre a eleição de 1955 concentra-se no chamado “golpe preventivo” que o então Ministro da Guerra, Marechal Lott, desferiu contra o presidente da Câmara dos Deputados para garantir a posse de JK. Localizando esses eventos como parte do regime político vigente entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964, a maioria dos autores se preocupou em analisá-los dentro de um contexto maior de nossa história política, sem atentar com a mesma intensidade para os precedentes da campanha, as indicações, as alianças partidárias e o período da campanha propriamente dita.

Na análise dos resultados, a ênfase geralmente recai no fato de que Juscelino venceu com pouco mais de um terço dos votos válidos e como essa margem escassa de votos sinalizaria uma instabilidade política inerente ao regime da época. Ao se considerarem as causas da vitória, ressalta-se a importância da coligação PSD-PTB, embora essa aliança tenha sido uma entre várias possibilidades daquele momento, sem se constituir numa fórmula inevitável.

A eleição de Juscelino é vista por grande parte da produção acadêmica brasileira como uma continuidade ou retorno da coligação que sustentava o governo Vargas. Formada pela união entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dois partidos criados por Getúlio no processo de redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo. Em termos gerais, o PSD era o partido majoritário, predominante no interior e com uma máquina eleitoral bastante forte, sobretudo porque reunia os antigos interventores nomeados por Vargas. Por sua vez, o PTB era o partido dos trabalhadores urbanos, criado por Getúlio para cooptar o apoio de um eleitorado crescente e inibir a influência dos comunistas nesse meio.

Com posições consideradas cada vez mais nacionalistas e de esquerda, como a criação da Petrobrás e o aumento em 100% do salário mínimo, o governo Vargas enfrentava uma oposição crescente, sobretudo, da União Democrática Nacional (UDN), o partido antigetulista por excelência. Além dele, as Forças Armadas também tinham grande influência política e muitos oficiais do alto escalão rechaçavam as aproximações entre Vargas e as esquerdas, temendo a influência dos comunistas em seu governo. O atentado a Carlos Lacerda e os processos de investigação deixaram Getúlio numa posição insustentável, mas o seu suicídio e a reação que o gesto causou impediram que a UDN assumisse o poder. Café Filho,



eleito vice-presidente pelo Partido Social Progressista (PSP), assumiu a presidência e, era nesse cenário de polarização acirrada, que as eleições de 1955 iriam ocorrer.

Sem ignorar os atores individuais, os autores que trabalharam sobre o período tratam esses episódios dentro de um cenário mais amplo. Afinal, todo o sistema político criado após o fim do Estado Novo surgiu sob a influência de Vargas, e a sua morte levaria a um processo de redefinição das identidades dos principais partidos.

As obras de Maria do Carmo Campello de Souza (1976), Maria Victoria Benevides (1981), Lúcia Hippolito (1985) e Lucilia de Almeida Neves Delgado (1989) tratam das transformações que os três principais partidos políticos do período passaram, sobretudo após o suicídio de Getúlio. Desse modo, a campanha e a eleição de Juscelino não podem ser vistas como uma simples continuação do governo Vargas, embora os partidos que sustentavam a sua coalizão fossem os mesmos. As forças que Getúlio reuniu graças ao seu carisma e influência política fizeram intensas negociações para reeditar a aliança na eleição de Kubitschek. Por outro lado, o papel da UDN também passava por mudanças. Afinal, com a morte de Getúlio não bastava mais ao partido a bandeira antigetulista. E, a presença das Forças Armadas não podia ser ignorada, pois temia-se um golpe que suspendesse as eleições.

No plano econômico, o Plano de Metas que JK formulou durante a campanha também é objeto de estudos acadêmicos. Os projetos que ressaltavam um desenvolvimento industrial vinculado a investimentos externos são analisados por Werner Baer (1966), Luiz Carlos Bresser-Pereira (1968) e Miriam Limoeiro Cardoso (1977), por exemplo. Considerado como transição entre um modelo industrial de substituição de importações para um subdesenvolvimento industrializado, o plano que orientou a campanha e o posterior governo Kubitschek é examinado conforme as bases materiais para sua execução, pois, ainda que o discurso juscelinista ressaltasse o papel da indústria como fator de crescimento econômico, não se pode ignorar que grande parte do eleitorado que o elegeu se localizava no interior, predominantemente rural. E como se deu o arranjo entre essas forças políticas e econômicas heterogêneas também é uma grandes questões quando se estuda o governo JK.

Considerando essa literatura existente, o foco inicial de pesquisa esteve em contextualizar o trabalho de Riedinger diante de pelo menos dois conjuntos de produção: a bibliografia brasileira que tratava do governo JK e os trabalhos de autores norte-americanos que abordaram esse período da história do Brasil. De acordo com as referências mais



utilizadas, estaria o autor filiado a uma “escola” norte-americana de fazer história? Ou, pelo contrário, estaria mais relacionado à historiografia brasileira sobre o tema? Embora se limitassem a dois conjuntos de produção caracterizados pro seus locais de origem, essas questões remetiam para a produção acadêmica norte-americana sobre o Brasil, comumente chamada de *brasilianismo*.

No entanto, verifica-se que o *brasilianismo* já existia enquanto prática antes de ser designado como conceito. Afinal, trabalhos escritos por norte-americanos sobre o Brasil já existiam desde meados do século XIX, mas o termo “*brasilianista*” não era aplicado a eles². No campo da historiografia, um marco nos estudos norte-americanos sobre a América Latina foi a fundação da *Hispanic American Historical Review* (HAHR) em 1918, primeira publicação acadêmica voltada especificamente para os estudos de história sobre a região.

Criada por historiadores filiados a *American Historical Association* (AHA), a revista teve como foco principal os estudos sobre o México e as Antilhas, áreas mais próximas dos interesses norte-americanos. Num mesmo sentido, a fundação de um Comitê de História Latino-Americana em 1928 e do *Handbook of Latin-American Studies* (HLAS), em 1936, mostram a existência de um arcabouço institucional anterior ao surgimento do termo “*brasilianismo*”. Cabe destacar que já nos primeiros anos essas publicações eram subsidiadas por doações de famílias como os Rockefeller, aspecto que ganhou destaque quando o *brasilianismo* passou por sua fase de maior evidência.

Além disso, é possível verificar que os trabalhos sobre o Brasil eram englobados como parte dos estudos sobre a América Latina, não havendo uma distinção nítida em relação à América Espanhola³. E ainda que as relações entre Estados Unidos e Brasil tenham se estreitado nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, conforme a “política de boa vizinhança” adotada no período, o termo “*brasilianismo*” só passou a ser utilizado num momento posterior. Grosso modo, foi a partir dos anos de 1960 que o *brasilianismo* e os *brasilianistas* passaram a ser reconhecidos como um grupo de características específicas. E esse reconhecimento veio em função do cenário político da época, conforme José Carlos Meihy:

² Em seu levantamento sobre a história do *brasilianismo*, Robert Levine menciona o livro *Brazil and the Brazilians*, publicado em 1857 com base nas viagens de James C. Fletcher e D. P. Kidder pelo país (LEVINE, 2002).

³ Sobre os estudos brasileiros nos Estados Unidos e a institucionalização que fomentou a formação de pesquisadores desde antes da eclosão do *brasilianismo*, ver Paulo Roberto de Almeida (2002).



Primeiro, o “brasilianismo histórico”, aquele que, tendo se desprendido dos estudos sobre a América Latina, desde o começo deste século, ganhou autonomia como tema de estudo e passou a compor as investigações comuns a diferentes países. Segundo, o “brasilianismo político”, ou simplesmente brasilianismo, que teria espelhado um conceito igual e contrário: o antibrasilianismo (MEIHY, 1984, p. 9).

Nos Estados Unidos dessa época, ao menos dois fatores influenciaram na emergência do brasilianismo: a chegada de um grande contingente de novos alunos nas universidades, os chamados *baby boomers*, e a Revolução Cubana. Por um lado, a explosão demográfica após a Segunda Guerra trouxe uma grande leva de alunos, e com isso aumentaram as demandas por mais vagas e campus no ensino superior. No campo externo, a eclosão da Revolução Cubana revelou o desconhecimento dos Estados Unidos sobre a América Latina, o que acabou por fomentar uma série de medidas para a formação de pesquisadores⁴.

Nesse sentido, a mais relevante foi a promulgação do *National Defense Education Act* (NDEA), que disponibilizou recursos federais para a criação de programas de estudos latino-americanos, tanto em graduação quanto em pós-graduação. Áreas como História, Ciência Política, Sociologia e Antropologia passaram a ser contempladas com financiamentos e bolsas de estudo para a formação de especialistas sobre a região⁵. Contudo, vale destacar que, ainda assim, o brasilianismo permaneceu como um ramo menor dos estudos latino-americanos, sem alcançar o volume de trabalhos produzidos sobre países como o México, por exemplo.

No entanto, a imagem e a recepção do brasilianismo no Brasil assumiram feições diversas, condicionadas pela situação política que o país atravessava nesse mesmo período. Afinal, ao mesmo tempo em que uma geração de acadêmicos norte-americanos iniciava suas carreiras e pesquisava em arquivos brasileiros, o Brasil atravessava uma das fases mais repressivas de sua história, os chamados “Anos de Chumbo”⁶. Além da censura e das perseguições políticas, as condições materiais para a realização de pesquisas no Brasil eram bastante restritas se comparadas com as dos norte-americanos: “nutridos com bolsas de

⁴ A geração de pesquisadores surgida a partir dos anos de 1960 foi chamada “filhos de Castro”, pelo impulso que o fidelismo proporcionou na formação de profissionais capazes de compreender e explicar as particularidades da região. Em artigo sobre o tema, Barbara Weinstein identificou esse grupo como uma “geração-padrão”, um modelo (ou estereótipo?) da imagem do brasilianista para o público brasileiro (WEINSTEIN, 2016, p. 11).

⁵ A relevância dessa norma para o financiamento de pesquisas sobre a América Latina e o surgimento do brasilianismo é destacada por Meihy (1991).

⁶ Esse contraste entre as condições internas e externas nas pesquisas sobre o Brasil é apontado por Paulo Roberto de Almeida (2002, p.45) e Weinstein (2016, p. 8).



estudos, que por pior que fossem eram boas se comparadas aos salários brasileiros, criavam-se situações que contrastavam as possibilidades das partes” (MEIHY, 1990, p. 38).

Essa situação gerou um distanciamento entre as comunidades acadêmicas que perdurou pelo menos até meados da década de 1980, com consequências distintas. No Brasil houve uma rejeição ao brasilianismo, identificado como agente a serviço de um governo aliado da ditadura militar, ao mesmo tempo em que se temia que a historiografia local ficasse a cargo dos brasilianistas; nos Estados Unidos, a escassez de contatos com a Academia brasileira levou muitos historiadores a tomar como principais referências de seus trabalhos a produção de outros norte-americanos⁷. Isso levou ao equívoco de analisar o conteúdo acadêmico do brasilianismo somente em função de um critério político, criando-se uma imagem hegemônica de pesquisadores com formações e tendências diversas, muitas vezes opostas ao regime militar brasileiro e ao governo de Washington.

Nesse contexto político e intelectual, a obra de Riedinger pode ser considerada como parte da produção brasilianista. Apresentado pela primeira vez em 1978 como tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago, *Como se faz um Presidente* foi resultado de uma pesquisa financiada pela Fundação Ford entre 1968 e 1972, segundo o autor (RIEDINGER, 1988, p. 12)⁸. Uma leitura cotejada entre a versão original do texto em inglês e sua edição brasileira foi necessária para levantar as fontes e referências utilizadas pelo autor, pois a edição brasileira publicada em 1988 retirou quase todas as notas de rodapé presentes na tese. Publicado no Brasil por uma editora não especializada, tal disposição do texto talvez se destinasse a tornar a leitura mais fluente, sem o aparato característico num texto acadêmico, como notas a discutir conceitos e fontes.

No entanto, mesmo as notas de referência da tese não elucidam totalmente o uso que Riedinger fez das fontes mencionadas. E isso porque elas se apresentam ao longo de um texto “corrido”, sem citações diretas destacadas do texto principal. Esse procedimento se estende por toda a tese, como se pode constatar no seguinte exemplo. Ao analisar a ratificação de João

⁷ A imagem dos brasilianistas como um “exército” a invadir o Brasil e vasculhar os arquivos locais foi corrente na imprensa brasileira dos anos 1970, como aponta Fernanda Peixoto Massi (MASSI, 1990, p.31). E o temor de que a historiografia brasileira fosse dominada por estrangeiros pode ser observado tanto em historiadores de ofício, como José Honório Rodrigues (1976) quanto na grande imprensa, como em Elio Gaspari (1971).

⁸ O financiamento de pesquisas através de fundações foi uma das principais características associadas ao brasilianismo. Em artigo de Lina Faria e Maria Conceição da Costa (2006, p. 159-191), as autoras analisam a atuação das Fundações Ford e Rockefeller, que fomentaram programas de pesquisa em diversos campos científicos, programas educacionais e de difusão cultural.



Goulart como candidato à vice-presidente na chapa com Kubitschek, lê-se o seguinte trecho na edição brasileira:

Cabia agora ao PSD, através de cautelosas manobras [...] ratificar e efetivar sua candidatura. Durante a convenção do PTB, o partido tivera o cuidado de autorizar o comitê executivo nacional a renegociar os postos de presidente e vice-presidente sem a necessidade de nova convenção (RIEDINGER, 1988, p. 161).

Na versão correspondente da tese, logo após esta passagem há uma nota de rodapé com referências a três edições do Correio da Manhã, uma edição da revista O Cruzeiro e uma entrevista com Osvaldo Penido, que trabalhou pela campanha presidencial de JK. Porém, o autor não apresenta qualquer distinção entre o texto de cada fonte para dar suporte às suas afirmações. Desse modo, torna-se difícil apurar como Riedinger combinou informações distintas na elaboração do próprio texto.

Essa elaboração de fontes diversas em um novo trabalho, que poderia se mostrar problemática, talvez tivesse em vista outros critérios. Em obra clássica sobre o assunto, Michel de Certeau mostra como a recomposição de textos diferentes se destina a criar uma unicidade capaz de conferir um “efeito de real” ao trabalho do historiador. Assim, firma-se o que Certeau chama de “contrato enunciativo” entre autor e leitor, tanto mais eficaz na medida em que o autor dissimule o local de onde fala, seja suprimindo o “eu” do discurso ou apresentando o texto mais como relato do que como interpretação sobre o tema em questão (CERTEAU, 1982, p.101-103). Uma vez que, Riedinger não especifica quais orientações teóricas nortearam seu trabalho, trata-se de uma interpretação possível sobre os motivos pelos quais o texto foi elaborado dessa forma.

Diante dessa situação, foi necessário utilizar outro método para apontar as principais influências que orientaram o trabalho de Riedinger. Longe de esgotar todas as interpretações possíveis, o levantamento bibliométrico permitiu mapear os tipos de fontes mais utilizadas, tanto por categorias como jornais, livros e entrevistas quanto por alguma obra de referência específica. Tomando a tese como objeto e as citações como variáveis, por esse método foi possível obter os números de menções a uma obra ou autor, e mesmo classificá-los por critérios distintos⁹. Por exemplo, no trecho da edição brasileira citado acima contam-se três referências ao Correio da Manhã, uma à revista O Cruzeiro e outra para a entrevista com

⁹ Minha principal referência para utilizar esse método foi Manuel Palacios da Cunha e Melo, em *Quem explica o Brasil*. Apesar de abranger um universo muito mais amplo de produção e com procedimentos mais complexos do que os aplicados aqui, foi por meio dele que cheguei aos levantamentos apontados nesta pesquisa.



Oswaldo Penido, dispostas numa mesma nota. Dessa forma, o número de notas de rodapé não necessariamente corresponde ao total de referências à determinada fonte, sendo que o levantamento se concentra nestes últimos.

Desse modo, foi possível observar certas recorrências e lacunas no uso das fontes apresentadas na bibliografia da obra, assim como avaliar os procedimentos de Riedinger e suas relações com a historiografia de então. Distribuídas ao longo de 662 notas na tese, foram apuradas um total de 1263 referências. Ao se verificar as citações de acordo com o tipo de fonte utilizada, tais números mostram certas tendências que orientaram a composição do texto.

Assim, das 1263 citações quase 60% fazem referência a jornais e revistas (581) ou entrevistas (156). Ao se estender essa análise para a produção bibliográfica, verifica-se um predomínio de referências a livros editados no Brasil: 394 a 39 menções de autores publicados no estrangeiro. E, dessas 39 menções, quase dois terços se concentram em apenas dois trabalhos: *Politics in Brazil* (1930-1964), de Thomas Skidmore, com 10 referências e a tese de doutorado de Phyllis Jane Petersen intitulada *Brazilian Political Parties; Formation, Organization and Leadership* (1945-1959), com 13 referências. Dessa forma, pode-se constatar que o diálogo de Riedinger com a produção brasilianista foi mínimo, ao contrário da imagem mais corrente sobre esses pesquisadores¹⁰.

Outros dados reveladores das tendências de Riedinger ao elaborar seu trabalho verificam-se nas referências a autores brasileiros. Em primeiro lugar, num universo de 152 livros relacionados na bibliografia, 116 apresentam uma ou nenhuma citação ao longo do texto; além disso, das 394 referências, as mais recorrentes foram das memórias de Juscelino (64), Juarez Távora (45) e Café Filho (44). Em comparação, obras de ciências políticas e sociais foram muito menos citadas: os trabalhos de Maria Victoria Benevides, Octávio Ianni e Maria do Carmo Campello de Souza somam juntos um total de apenas seis referências na tese. Assim, nota-se que Riedinger não elaborou seu trabalho com base na produção acadêmica disponível na época, tanto brasileira quanto norte-americana. Em vez disso, sua

¹⁰ O livro de Skidmore, traduzido para o português como Brasil: de Getúlio a Castelo, tornou-se “[...] o título mais reeditado no Brasil [...] de toda a produção brasilianista acumulada deste então”, segundo Paulo Roberto de Almeida (2002, p. 44). Por outro lado, não encontrei nenhuma edição do trabalho de Phyllis Petersen no Brasil.



obra tem como principais referências a cobertura jornalística da campanha de 1955, além de depoimentos dos ou sobre os principais atores políticos do período¹¹.

Tais considerações poderiam colocar o valor historiográfico de Riedinger em questão, dependendo do critério adotado. No entanto, o predomínio de fontes relativamente próximas aos eventos narrados corresponde a uma forma de enredar o curso dos acontecimentos. A narração linear, de cronologia constantemente marcada “Juscelino e Jango mantiveram encontro no dia 9 (de junho) no Paraná, às vésperas dessa convenção, para uma mútua confirmação de apoio e consultas sobre a estratégia da campanha” (RIEDINGER, 1988, p. 191) e com ênfase nas ações dos sujeitos indica uma tendência de considerar o político a partir das perspectivas individuais dos personagens, não por uma discussão de conceitos. Por isso se explica o porquê dos maiores partidos do período, como PSD, PTB e UDN receberem a mesma alcunha de “populista” por parte do autor, sem que se apresente um significado mais claro do termo (RIEDINGER, 1988, p. 15 e 51)¹².

Contudo, a análise de *Como se faz um Presidente* seria insuficiente caso se limitasse a um levantamento quantitativo de referências e suas implicações na elaboração da obra. Para uma interpretação mais elaborada, há pelo menos duas indicações que apontam para possíveis relações entre Riedinger e outros trabalhos de caráter histórico. A primeira é sobre um livro específico: *The Making of the President* (1960), de Theodore White¹³. Jornalista e graduado em história pela Universidade de Harvard, nessa obra White cobriu a campanha em que John Kennedy foi eleito presidente, superando Richard Nixon.

Ao contrário das coberturas feitas até então, baseadas no levantamento de entrevistas e discursos em comícios, White apresentou os bastidores das duas campanhas, além dos hábitos pessoais de cada candidato. O livro tornou-se um sucesso editorial, chegando a quatro milhões de cópias vendidas, além de ter recebido o Prêmio Pulitzer de 1962 na categoria de não ficção. O impacto da obra alterou a cobertura jornalística das campanhas presidenciais

¹¹ Dos livros mais citados, além de Kubitschek, Juarez Távora foi candidato à presidência em 1955, ficando em segundo lugar na eleição. Café Filho era o então presidente, tendo assumido o cargo após o suicídio de Getúlio Vargas.

¹² Uma discussão mais elaborada sobre as origens teóricas do populismo e o uso do conceito em Riedinger se encontra em minha dissertação.

¹³ Mais informações sobre Theodore White e o processo de elaboração da obra podem ser consultadas em: <<http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/teddy-white-political-journalism-117090#.VTmQyGblcW>>.



norte-americanas, num fenômeno que chegou a ser batizado como “síndrome de Teddy White”.

Além da semelhança no tema, o título original do trabalho de Riedinger também parece remeter ao de White: *The Making of the President, Brazil 1955: The Campaign of Juscelino Kubitschek*. Essa identificação poderia ser apenas superficial, não fossem as considerações de Antoine Compagnon sobre a perigrafia de um texto. Como aquilo que “cerca” o corpo do texto principal, entre os tipos de perigrafia encontram-se o título do livro, as notas, o índice, prefácio, introdução e conclusão, entre outros.

Em geral, a perigrafia serve para apresentar um texto de acordo com as convenções previstas a ele, além de mostrá-lo como autônomo em relação aos demais. No caso específico do título, ele desempenha pelo menos duas funções: em primeiro lugar, localiza aquele livro em relação aos demais, conferindo-lhe reconhecimento; em segundo lugar, situa o tipo de leitor para o qual aquele texto se dirige: “o nome do autor e o título, na capa do livro, procuram antes situar este último no espaço social de leitura, colocá-lo corretamente numa tipologia dos leitores, porque meu primeiro contato com um livro passa por esses dois signos” (COMPAGNON, 1996, p. 111).

No caso de Riedinger, penso que a escolha de um título parecido ao de White seguiu essas orientações. Qualificando em relação à bibliografia existente, o nome do livro faz referência a uma campanha específica enquanto ao mesmo tempo remete os leitores norte-americanos para o trabalho de White, bastante conhecido nos Estados Unidos. Dessa forma, aqueles já familiarizados com o livro de White seriam capazes de perceber a alusão presente no título que Riedinger escolheu para sua obra, percebendo assim as filiações entre os dois trabalhos.

Outra indicação para uma leitura mais rica do trabalho de Riedinger encontra-se no conceito de história do tempo presente, ou história imediata. Essa categoria permitiu situar o trabalho de Riedinger num certo conjunto de produção historiográfica, superando uma interpretação redutora da obra como pouco consistente do ponto de vista teórico. Embora seja um campo menos definido se comparado aos estudos de outras temporalidades, em 1978 foram fundados dois institutos dedicados ao tema na França: o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) e o Instituto de História Moderna e Contemporânea (IHMC).



Concentrados no período posterior à Segunda Guerra, as instituições procuravam atender a crescente demanda social por explicações sobre os eventos mais recentes, como as guerras que marcaram o século XX¹⁴. Considerada inicialmente de valor testemunhal, essa história enfrentou resistências de autores ligados a outras tendências, como a dos *Annales* e o marxismo, calcadas na análise de longos períodos de tempo e no estudo de estruturas econômicas e sociais como chave para a leitura da história.

Noutro texto sobre o tema, Jean-Pierre Rioux aponta para as proximidades entre essa história e o jornalismo, que teve um de seus marcos no lançamento da coleção *A História Imediata* por Jean Lacouture em 1962. Os acontecimentos de maio de 1968 na França aceleraram essa aproximação, o que para os historiadores resultou na incorporação de alguns métodos da imprensa: “na escolha de seus temas, impelida pela atualidade e submetida à pressão das testemunhas e dos atores que desejam que sua experiência seja rememorada numa produção ou numa coprodução históricas. Em suas práticas de campo e no uso do gravador” (RIOUX, 1999, p.1 25).

Se considerarmos que Riedinger fez e se utilizou de uma série de entrevistas com alguns dos principais personagens do período, além de livros de memórias, percebe-se uma proximidade entre seu trabalho e esse tipo de história. Novos tipos de fontes passaram a ser mobilizadas, e com elas vieram novas questões sobre o ofício do historiador. Nesse sentido, Jean Lacouture fornece algumas reflexões mais detalhadas. Embora seu texto se intitule *A História Imediata*” o autor ressalta que essa ausência de mediação entre o historiador e os eventos é praticamente impossível. Afinal, o trabalho de analisar, comparar e selecionar uma série de fontes, além de lhes aplicar um método específico, implica em certo distanciamento dos eventos. Apesar de ser um termo relativamente impreciso, Lacouture indica pelo menos dois traços irredutíveis na história imediata: “a proximidade temporal do autor da redação da obra em relação ao tema tratado e a proximidade material do autor em relação à crise estudada” (LACOUTURE, 1990, p. 216).

Conforme o autor, a imediação dessa história se baseia tanto em sua instantaneidade quanto na relação afetiva entre autor e objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, Lacouture diferencia essa história do jornalismo pela quantia de fontes e cruzamentos de informações disponíveis ao historiador, o que um jornalista raramente consegue fazer num trabalho de

¹⁴ Uma introdução ao tema pode ser vista em Agnès Chauveau e Philippe Tètart (1999).



curto prazo. Outra característica dessa história está em sua incapacidade de apresentar o desfecho dos acontecimentos, pela sua proximidade em relação a eles. Enquanto que alguns poderiam ver nisso uma falha inerente de capacidade analítica, Lacouture objeta que essa condição faz parte da pesquisa histórica em geral, pois novos documentos e métodos são capazes de alterar o saber histórico de qualquer período:

Onde a busca do historiador se detém no definitivo, se paralisa no irremediável, se inscreve no mármore? Fim da história? Talvez. Mas fim da operação histórica [...] Sobre o cadáver embalsamado da história, os historiadores ainda pulularão, à busca de uma correspondência inédita, de uma folha de temperaturas, de um diagnóstico dissimulado pelo segredo médico, de uma declaração de imposto [...] (LACOUTURE, 1990, p. 223).

Dessa forma, a discussão sobre os métodos e limitações desse tipo de história acaba por remeter aos fundamentos da disciplina em geral. A tarefa do historiador se apresenta como tornar inteligível um conjunto de eventos e apresentar interpretações mais amplas no tempo e no espaço do que o jornalismo é capaz de fazer. E esse tipo de produção se mostra como projeção e demanda do próprio século, que busca uma compreensão mais rápida e fundamentada em meio a um conjunto cada vez maior de produções sobre esse mesmo tempo, principalmente a partir dos meios de comunicação¹⁵.

Em resumo, o trajeto da pesquisa sobre Como se faz um Presidente passou por mudanças que ampliaram as interpretações da obra. Uma primeira leitura teve como foco o conceito de brasilianismo, de como a obra de Riedinger se aproximava ou se distanciava dessa filiação. No entanto, o levantamento das fontes mais utilizadas mostrou que houve pouca relação entre o livro e a historiografia do período, tanto norte-americana quanto brasileira. Essa constatação poderia esgotar a leitura da obra, não fossem as relações levantadas entre Como se faz um Presidente e o livro de Theodore White, além das discussões sobre a história do tempo presente e a história imediata¹⁶. Essas mudanças enriqueceram a análise inicial, ainda que sem esgotar as interpretações possíveis. Mas, valem como exemplo dos rumos que

¹⁵ Fazemos uma distinção entre história do tempo presente e história imediata, pois, apesar das relações entre Riedinger e JK mencionadas anteriormente, não consideramos o trabalho de Riedinger como história imediata, dada a distância de vinte anos entre a escrita do livro e o período abordado. Ao utilizar-se principalmente de fontes publicadas em 1955 e nos períodos imediatamente anteriores ou posteriores como referências, pensamos que o autor mobiliza uma produção mais imediata para compor uma história do tempo presente, que mantém esse *status* pela proximidade dos personagens e leitores em relação aos acontecimentos narrados.

¹⁶ Não consideramos a obra de Riedinger como exemplo de história imediata, dado o intervalo de vinte anos entre sua escrita e os acontecimentos narrados. Porém, ao utilizar de fontes publicadas em 1955 ou em períodos imediatamente anteriores ou posteriores como referências, pensamos que o autor se baseou na produção mais próxima aos eventos para compor uma história do tempo presente.



uma pesquisa pode tomar quando se incorporam novos conceitos e perspectivas, o que aumenta tanto o interesse pelo objeto quanto o valor do trabalho como produção de conhecimento.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. Tendências e perspectivas dos estudos brasileiros nos Estados Unidos. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall; ALMEIDA, Paulo Roberto. (Orgs.). **O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro: 1945-1965**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: jk-jq**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockfeller e da Fundação Ford. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006.
- GASPARI, Elio. “A história do Brasil – O passado do país está sendo escrito em inglês”. *Revista Veja*, nº 168, 24/11/1971, p.32-38.
- HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.215-240.
- LEVINE, Robert. Pesquisas: fontes e materiais de arquivos, instituições relevantes, abordagens. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall; ALMEIDA, Paulo Roberto (Orgs.). **O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MASSI, Fernanda Peixoto. Brazilianismos, brazilianists e discursos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990.



MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica.** São Paulo: Nova Stella, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Introdução ao nacionalismo acadêmico: os brasilianistas.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MELO, Manuel Palácios da Cunha. **Quem explica o Brasil.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

RIEDINGER, Edward Anthony. **Como se faz um presidente: a campanha de JK.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru/SP: EDUSC, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WEINSTEIN, Barbara. Sou ainda uma brazilianist? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 72, mai./ago. 2016.

WHITE, Theodore. **The book that changed campaigns forever.** Disponível em <<http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/teddy-white-political-journalism-117090>>. Acesso em: 02/03/2017.